

António Cluny - Sem uma administração corajosa e capaz de dizer que não, que não é legal, jamais será viável enfrentar o poder dos que protagonizam os negócios escuros.

1. Li, no passado domingo, um interessante artigo/entrevista de Francisca Gorjão Henriques a Roberto Mangabeira Unger.

O texto despertou em mim uma enorme vontade de estudar a obra deste filósofo e professor de Harvard, tanto mais que, ao que sei, ele se dedica, em particular, ao papel do direito na sociedade actual.

Algumas das suas afirmações suscitaram, porém, um interesse especial, mesmo que - talvez por não conhecer todo o sentido do seu pensamento - não tivesse conseguido situar-me claramente perante todas elas.

Não pude deixar, entretanto, de anotar uma sua declaração: aquela que se refere, precisamente, à importância social e política da administração pública e à necessidade de estruturação profissional das suas carreiras.

Assegura Unger que, por via da erosão do profissionalismo das carreiras da administração, se assiste hoje a um "sucateamento do Estado".

E vai mais longe - referindo-se à administração pública do nosso país - afirma mesmo que "o grau de profissionalismo [actual] é até menor em certos aspectos do que era no regime salazarista".

Dá que pensar!

Poderá ser, com ele reconhece, uma preocupação retirada do século xix, mas é, sem dúvida,

actual.

2. Muita da debilidade do Estado, ante a onipotência e a ofensiva dos grandes interesses económicos contra as funções que constitucionalmente lhe compete desempenhar resulta, na verdade, do dismantelamento da sua máquina administrativa, do enfraquecimento - ou mesmo da destruição - das carreiras públicas e, não menos importante, da desmoralização dos funcionários.

Sem uma administração tecnicamente bem apetrechada, sem funcionários profissionalmente qualificados e remunerados em conformidade com essa qualificação, sem carreiras públicas que garantam a sua autonomia técnica e, assim, a independência e isenção da administração pública, o domínio dos interesses sobre o Estado tenderá a ser esmagador e, inclusive, a desvirtuar a sua função.

De nada servirá então pugnar por políticas anticorrupção ou por medidas que procurem acautelar os conflitos de interesses.

Sem preparação, sem motivação e sem garantias, os funcionários muito dificilmente conseguirão assegurar uma intervenção fundamentada e isenta da administração e não haverá governo - por mais que o reivindique publicamente - que consiga impor-se ao domínio dos interesses particulares sobre o bem comum.

Sem uma administração corajosa e capaz de dizer que não - que não é legal, que não é financeiramente vantajoso para o Estado, que não é tecnicamente possível, que é verdadeiramente perigoso para os cidadãos - jamais será viável enfrentar o poder dos que protagonizam os negócios escuros que prejudicam gravemente o país.

Sem conseguir contrariar a ideia de que um funcionário está no seu posto, mais para encontrar uma solução - um arranjinho - para uma actuação de duvidosa legalidade ou uma solução tecnicamente habilidosa do que, responsavelmente, para advertir que certos projectos contrariam a lei ou não são exequíveis, nunca o Estado pode enfrentar o poder dos interesses e aqueles que os veiculam.

Pior, dificilmente os titulares do poder político evitarão ser responsabilizados directamente pelas opções que tiverem tomado de boa-fé e com base em informações ou pareceres que a administração pública tiver viabilizado ou emitido.

Mesmo sem ser filósofo, quem estiver informado sobre as inúmeras peripécias e casos que têm assolado o nosso país, pode compreender exactamente o que Unger procurou explicar.

António Cluny | ionline | 14-10-2014